

57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Palmas – Tocantins

1

ATA DA REUNIÃO

Em 28 de junho de 2012, na cidade de Palmas, Tocantins, no Hotel Pousada dos Girassóis II, reuniu-se o COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS, nas pessoas de seus representantes, para cumprir a programação previamente elaborada de acordo com as propostas das Presidências dos Regionais, adiante especificadas.

Após o credenciamento dos participantes, foi instalada a sessão solene de abertura, convidando-se as seguintes **autoridades para compor a Mesa de Honra**: Desembargador Marco Villas Boas, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins; Desembargadora Jacqueline Adorno, Presidente do TJTO; Senador Vicente Alves de Oliveira, representando o Presidente do Senado - José Sarney; Dr. Rodrigo Luiz Bernardo Santos, Procurador Regional Eleitoral; Dr. José Ribamar Mendes Junior, Juiz Vice-Corregedor Regional Eleitoral; Dr. Zacarias Leonardo, Juiz Ouvidor Regional Eleitoral; Desembargadora Ângela Prudente, Corregedora Geral de Justiça do TO; Dr. Helvécio Brito Maia, Juiz Presidente da Associação dos Magistrados de TO; Dr.a Vera Nilva Álvares Rocha, Sub-Procuradora Geral de Justiça, representando o Procurador Geral de Justiça - Dr. Clenan Renault de Melo Pereira; Sr. Darci Martins Coelho, Secretário de Estado para Assuntos Especiais, representando o Ex.mo Governador do Tocantins - José Wilson Siqueira Campos; Sr. Antônio Luiz Coelho, Procurador Geral de Palmas, representando o Prefeito de Palmas - Raul Filho; e Sr. Pompílio Lustosa Messias Sobrinho, Diretor-Tesoureiro da OAB, Seccional TO, representando o Presidente da OAB - Ercílio Bezerra.

A indígena Joana Munduruku interpretou o Hino Nacional, e o Desembargador Marco Villas Boas, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins saudou os Presidentes dos Tribunais participantes do Encontro e demais autoridades presentes, Diretores-Gerais, assessores e servidores da Justiça Eleitoral, abrindo os trabalhos. Esclareceu que o Estado tem

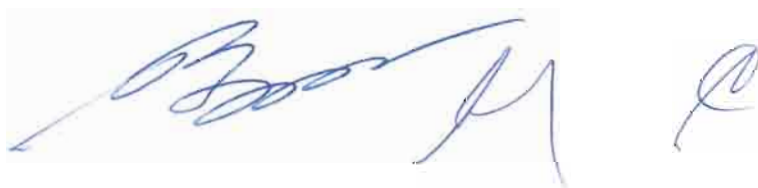


57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

2

nome indígena que significa “nariz de tucano”, e lutas indígenas o caracterizam historicamente. Com a chegada do Marechal Rondon, e depois dos irmãos Villas Boas, a terra foi desbravada. Mencionou que vivemos, hoje, a consolidação do regime democrático brasileiro, numa democracia jovem que vem dando exemplo ao mundo. E quem tem auxiliado na estabilidade democrática, conferindo solidez ao estado democrático de direito, é o Poder Judiciário e mais especificamente a Justiça Eleitoral. Essa é a nossa responsabilidade maior: um pleito livre de fraudes, livre de distorções, com garantia da legitimidade, segurança e transparência do processo eleitoral, para que todos possamos exercer bem a nossa cidadania. Manifestou sua satisfação e emoção em sediar o encontro e acolher a todos, nesta Capital. Finalizou sua apresentação agradecendo a todos servidores que colaboraram com a realização do evento, destacando a presença dos diretores gerais dos TREs que tiveram um encontro que antecedeu a este e que permaneceram em Palmas, para este evento. Em seguida declarou abertos os trabalhos do 57º COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS.

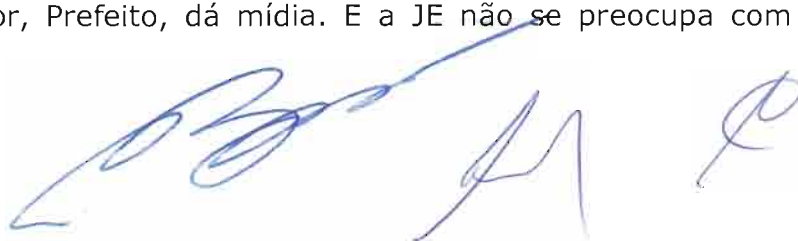
Dando continuidade, nova Mesa foi formada, com o Presidente do COPTREL, Desembargador Marco Villas Boas, Presidente do TRE-TO, com o Vice-Presidente do COPTREL, Des. Ricardo Ferreira Nunes (TRE-PA) e com o secretário do COPTREL, o Des. Carlos Damião Lessa (TRE-PE), e o presidente cumprimentou os integrantes da mesa e demais presentes e convidou o juiz **OLIVAR AUGUSTO ROBERTI CONEGLIAN**, mestre pela PUCRS e Presidente da AMAMSUL, para discorrer sobre o tema “PROPAGANDA ELEITORAL”, primeiro item da pauta do encontro. Abrindo o tema, expôs que, no Brasil inteiro apenas 1 candidato fez uma propaganda eficaz para os candidatos proporcionais (o que já é comum para os candidatos majoritários): e se elegeu com uma votação tão expressiva que conduziu outros ao mesmo cargo – TIRIRICA “Vote em Tiririca, porque pior não fica!”. Destacou a evolução do custo das candidaturas ao longo dos últimos anos, que passou de R\$ 40.000,00 a mais de R\$ 1.000.000,00. Depois ressaltou a



57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

3

propaganda institucional como aquela que – se não existisse – o estado continuava o mesmo. E destacou que os meios de comunicação ficam reféns do próprio Estado, no assunto propaganda. Também mencionou que os candidatos, ao fazerem seu registro, têm que apresentar o seu Plano de Governo, sem a contrapartida de sanção pela inexecução desse instrumento. Ainda mencionou a questão de 30% - 70% para a distribuição das candidaturas, com o valor mínimo obrigatório para o sexo minoritário, sendo de difícil execução para alguns partidos que sequer têm mulheres inscritas em seus quadros. Depois discorreu sobre os formatos de propaganda, em cartazes, jornais e revistas, em rádio e TV. Lembrou que BRINDE, um pequeno presente que tem sua finalidade (régua, boné, camiseta...) e que atua como propaganda é considerado como propaganda proibida. PROPAGANDA ANTECIPADA: anterior a 6.jul do ano eleitoral, pode não ser propaganda eleitoral se não for explicitamente um “pedido de voto”. INTERNET: ainda um campo vasto e pouco explorado pelos candidatos brasileiros. Vai haver muito problema para a JE se ela quiser barrar tudo na internet. Algo ela vai ter que barrar, mas vai ter que encontrar uma dose certa. Lembrou que propaganda negativa também é propaganda eleitoral, e como tal deve ser observada. A justiça é criada para julgar, porém a JE tem a função diferente de fazer as eleições, sendo uma justiça executiva das eleições. A eleição ideal seria aquela que, ao final, não tivesse nenhum processo a ser julgado. Pensando nas últimas eleições, quantos casos há no Brasil de processo em que se disputa, em que há litígio sobre o resultado das urnas? Não conheço nenhum que esteja tramitando no momento. Houve, em AL, um processo que questionou resultado de parte das urnas de um município. Mesmo assim em muito pequeno número de urnas. O resultado que a JE está dando é perfeito. Não há nenhum processo de corrupção de funcionário da JE. Não se fala porque não existe! Julgar, então, não é a vocação principal da JE. Fazer bem eleição não dá mídia, mas cassar Governador, Prefeito, dá mídia. E a JE não se preocupa com



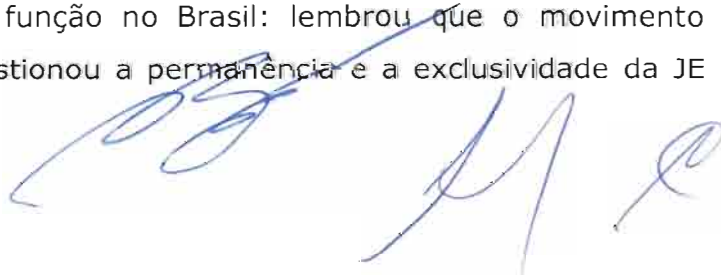
57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

4

mídia. Onde vou tenho o orgulho de falar da JE do meu país e do meu Estado.

Em seguida, o Desembargador Marco Villas Boas, Presidente do TRE-TO e do Colégio de Presidentes, fez breve comentário sobre a palestra destacando o tema como palpitante, vez que este tema já faz parte da nossa realidade neste ano eleitoral, e que as atuais resoluções do TSE têm vindo ao encontro do anseio da sociedade, como a da VERTICALIZAÇÃO das Coligações. E questionou: Como excluir o político da mídia? Como afastá-lo dos meios de comunicação, se política pressupõe comunicação? Como o senhor vê esse momento? Quais seriam os limites? O palestrante respondeu que a igualdade é uma pressuposição do ato de julgar, que considera as duas partes e seus argumentos igualmente. Na política não há igualdade, porque ela prevê representatividade, onde um candidato pode ser excluído da mídia, em um debate, por não ter representatividade na sociedade. A “propaganda” que as Convenções partidárias fazem já são desiguais e a JE só deve impedir que haja abuso, mas deve permitir que haja “a festa” da democracia. Eleição é uma festa! O melhor seria que não houvesse vedação de período, que se modificasse a lei para evitar a judicialização desse processo democrático que não traz nenhuma efetiva modificação das ações dos candidatos.

Vários Desembargadores elogiaram a brilhante apresentação e trocaram alguns questionamentos, todos respondidos pelo Juiz Olivar Coneglian, a exemplo dos Desembargadores Gaspar Marques, do TRE-RS; Francisco Saraiva Sobrinho, do TRE-RN; Manoel Dourado, do TRE-PI; Luiz Belchior, do TRE-MA; Rogério Nielsen, do TRE-PR; Luciano Guimarães, do TRE-AL; Pedro Ranzi, do TRE-AC; Cássio Miranda, do TRE-BA; e Gilberto Marques, do TRE-GO. O palestrante deu destaque à “ausência de defeito” da urna eletrônica, instrumento maior da credibilidade da JE e que confere segurança, transparência e lisura do pleito no Brasil. Sobre a legitimidade da existência da JE e sua função no Brasil: lembrou que o movimento constituinte de 1988 já questionou a permanência e a exclusividade da JE



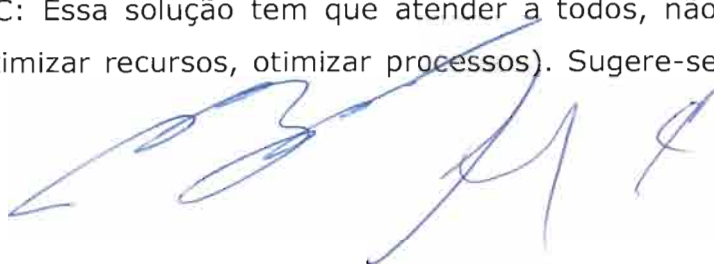
57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

5

para realizar as eleições, pensando em retirar o poder executivo das eleições da JE. E que, em 1993, esse assunto voltou à discussão e a conclusão foi: para que desmontar um organismo que está funcionando direito? Hoje apenas existe questionamento quanto à composição dos TREs, principalmente pela JF, no intuito de os juízes federais ocuparem, onde existem, os juízos eleitorais.

Ao fim da palestra, foram os Presidentes convidados para realizar a fotografia oficial do evento, sendo informados do posterior serviço do *coffee break* e retomada dos trabalhos.

Em seguida, foi apresentada a palestra "**ATENDIMENTO ORDINÁRIO POR BIOMETRIA – UM NOVO PARADIGMA**" pelo Desembargador Presidente do TRE-SC **LUIZ CEZAR MEDEIROS**, Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), que leciona matérias de Direito em várias entidades de ensino superior e já publicou artigos abrangendo temas ligados à área de Direito Civil. Iniciou agradecendo a acolhida, a organização do evento, cumprimentando todos os servidores do TRE-TO e a todos os colegas presentes. Trouxe a apresentação como mais uma idéia que pode contribuir para o aprimoramento da JE. Ela partiu da constatação de um problema comum, que aflige todos os Regionais na adoção desta nova técnica utilizada para garantia de um Cadastro Eleitoral de Qualidade. Hoje ela é dispendiosa tanto no campo econômico como no campo pessoal. Demoramos, em média, na forma tradicional, cerca de 5 min para atender um eleitor. E na nova forma de atendimento, com o sistema biométrico, o tempo mínimo é de 15min. Ainda temos as limitações: de espaço físico, de nº de kits, etc. Para possibilitar que o cidadão não se exponha a filas, etc, foi proposto o agendamento do atendimento, a exemplo da emissão de passaporte, pela Polícia Federal, do atendimento de perícia do INSS. Passou a palavra a Renato Pacheco, Secretário de TI do TRE-SC: Essa solução tem que atender a todos, não pode ser exclusivo (para otimizar recursos, otimizar processos). Sugere-se

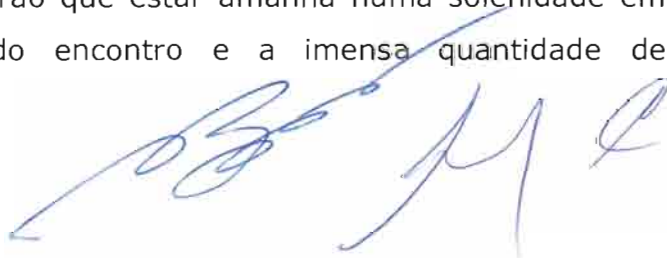


57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

6

um processo gradativo, paulatino, com gradação de horários, aprimorando a experiência até que se tenha todos os horários e todas as ZEs com o atendimento agendado. Limitação do Título Net (TSE) = apenas agenda para os próximos 5 dias. O TRE-PR desenvolveu outro sistema, por isso. Opções de marcação: pela internet, por telefone (0800), no próprio cartório. Campanha de divulgação e sinalização das 2 formas de atendimento (gerando uma divulgação boca-a-boca), evitando mal estar. Implantação gradual, pois atendemos da mesma forma desde a década de 60. Com o aculturamento, esperamos que o fechamento de cadastro tenha cada vez menos filas. Também identificou que cerca de 20% dos atendidos no prazo final do cadastramento poderia ser atendido em outro momento. Para que serve o título de eleitor? Impresso em Matricial (custo: 2007-2011 9 milhões de reais foram gastos só com impressoras matriciais, na JE), barulho, demora, etc. O título passa a ser um mero lembrete. Até pouco tempo, era em formulário emitido pela Casa da Moeda. Com essa nova sistemática, o eleitor só fica na fila se quiser; a 2ª via pode ser impressa em casa, em papel A4 (processo de transição); fim do uso das impressoras matriciais; haverá um aculturamento de planejamento na nossa sociedade; a JE manterá sua posição de vanguarda na Justiça brasileira.

Após, o Desembargador Marco Villas Boas, elogiou o trabalho apresentado, falando que deveria ser levado ao TSE este estudo, para maior análise e efetivação das mudanças. A Des.a Maria Aparecida – TRE-SE agradeceu a acolhida, a gentileza do atendimento aqui em Palmas e parabenizou SC pela apresentação, pela socialização da experiência e do estudo, muito útil a todos os TREs. Também o Des. Pedro Ranzi – TRE-AC, apresentou considerações sobre as soluções apresentadas, pedindo cuidado na mudança do título, para que ele deixe de ser um documento oficial e apenas um mero lembrete. O Des. Altivo Teixeira, Presidente do TRE-MG, em continuidade, apresentou sua despedida do encontro e da JE, uma vez que ele e o Vice-Presidente terão que estar amanhã numa solenidade em MG. Assinalou a utilidade do encontro e a imensa quantidade de



57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

7

conhecimento divulgado e compartilhado em tão pouco espaço de tempo. O Des. Marco deu as boas vindas ao Des. Cruvinel, que sucederá, e lembrou o jantar às 19h45 no palácio do Governo. Encerrados os trabalhos às 18h25.

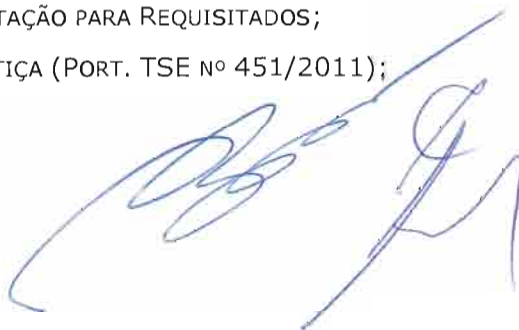
Ato contínuo, os trabalhos foram encerrados para este dia.

Iniciando os trabalhos do 2º dia do evento, o Des. Marco Villas Boas conclamou a todos a parabenizar o aniversariante do dia, o Des. Pedro Ranzi, do TRE-AC. O Des. Ademar Bezerra, em seguida, trouxe ao conhecimento de todos uma música composta pelo Juiz Eduardo Gibson, do 1º grau do Ceará, sobre o VOTO LIVRE E CONSCIENTE, tão importante para a nossa sociedade. Ele informou que enviará um CD para os presidentes de todos os TREs, para que possam utilizá-la, sem preocupação com direitos autorais.

Em seguida, houve a apresentação de uma peça teatral, pelo pessoal do TRE-TO: "VOTO VENDIDO, CONSCIÊNCIA PERDIDA". Concluída com a frase: ***Voto não tem preço, tem consequência!***

Seguindo a pauta do dia, o Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins, Francisco Cardoso, comentou sobre a nova metodologia e a oportunidade de reunião prévia ao encontro do COPTREL e agradeceu aos servidores do TRE-TO pela dedicação à acolhida e às providências para que estes eventos se realizassem, agradeceu ao apoio do pessoal do TRE-PE, na pessoa de Marília, e a Solange do TRE-PA e Lígia do TRE-RN, apresentando, resumidamente, a ata da reunião dos Diretores Gerais, realizada em 27jun12 com respostas às considerações e pleitos do 56º Encontro do Colégio de Presidentes:

- ACÓRDÃOS Nº 199 E Nº 1.551 DO TCU – REQUISITADOS;
- AJUSTES NOS VALORES DE DIÁRIAS – proposta de extinção de 1 ou 2 níveis, os menores, evitando dispersão hoje existente;
- ALIMENTAÇÃO PARA COLABORADORES DE ELEIÇÃO;
- AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PARA REQUISITADOS;
- OFICIAIS DE JUSTIÇA (PORT. TSE Nº 451/2011);



57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

8

- ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA, conclusão do estudo pelo GT instituído pelo TSE;
- SISTEMAS ELEITORAIS – atraso no desenvolvimento e nos testes E MANUTENÇÃO DE UES (contratação antecipada de técnicos de urna).
- PROPOSTAS DE GOVERNANÇA PARA O PROGRAMA DE BIOMETRIA;
- CRIAÇÃO DE CARGOS E APRECIÇÃO DE MINUTA DE REZONEAMENTO, em tramitação no TSE;
- APROVAÇÃO DO PCS E INDICATIVO DE GREVE, sensibilização do Congresso Nacional através de envio de ofício ENVIADO pelos PRESIDENTES e encaminhamento da preocupação ao TSE;
- LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI Nº 12.527/2011).

O Des. Marco apresentou a notícia que os presidentes dos TREs deverão estar em Brasília na próxima terça-feira às 10h da manhã, por convocação da Ministra CÁRMEN LÚCIA (o ofício já está sendo encaminhado aos Tribunais), uma vez que ela não conseguiu vôo para estar em Palmas hoje. Então os presidentes deliberaram sobre o que foi discutido pelos DGs e será levado ao TSE na próxima semana. Dr. Luciano Guimarães, do TRE-AL, aproveitando a exposição do tema "TESTES DE UES", mencionou a preocupação da realização dos testes nas UEs biométricas, que serão disseminadas em todo o estado de AL e de SE, uma vez que o cadastramento biométrico já foi praticamente concluído nesses dois estados. O Des. Francisco Saraiva, TRE-RN, sugeriu que fosse feito um apelo aos servidores da JE para que não deflagrem greve, pelo menos neste momento do processo eleitoral, uma vez que está sendo feito esforço que pela magistratura no sentido da aprovação do PCS. O Des. Marco Villas Boas sugeriu que na 3ª feira à tarde, após a reunião com a Ministra pela manhã, eles sigam todos para o Congresso, apresentando pessoalmente o ofício aos líderes da bancada de cada estado, proposta que foi aprovada com unanimidade. Moção de aprovação do modelo desta nova metodologia de reunião prévia dos DGs, prestigiando o trabalho desse grupo, anterior aos encontros do COPTREL. A ata da reunião dos DGs segue em anexo a esta, do COPTREL. O Des. Pascarelli, Presidente do TRE-AM, informou, por



57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

9

telefone, que agendou reunião do Presidente do COPTREL com o Senador Eduardo Braga, líder do governo, para o dia 3.jul às 14h30, para tratar do plano de cargos dos servidores.

Ato contínuo, o Des. Ricardo Nunes, do TRE-PA, que sediará o próximo encontro nos dias 8 e 9 de agosto, trouxe a preocupação da realização desse encontro nessa época em que o julgamento do Registro de Candidaturas estará ocorrendo. Deixou claro que se for a deliberação do grupo, Pará os receberá muito bem. O grupo deliberou, por unanimidade, que não haverá o encontro do Pará e o próximo COPTREL ocorrerá em Alagoas, a princípio, nos dias 8 e 9 novembro deste ano.

Continuando a pauta do encontro, houve a apresentação da palestra "SIMPLES – FACILITADOR DO GERENCIAMENTO DAS ELEIÇÕES", por Ana Cristina Vieira, do TRE-PE. Iniciou mencionando que Justiça Eleitoral é caracterizada por ser uma Justiça Especializada, com grande ênfase nas atividades administrativas, como foi apresentado no 1º dia do encontro, pelo Prof. Olivar. O Processo Eleitoral, cujas etapas e diretrizes são norteadas pelo Código Eleitoral, legislações e regulamentações específicas, necessita de um planejamento estruturado, que contenha a definição clara do papel e dos resultados que devem ser gerados por cada unidade administrativa e Cartórios das Zonas Eleitorais, possibilitando a integração entre as atividades meio e finalísticas. Devido à sua capilaridade, a Justiça Eleitoral destaca-se por alcançar todos os municípios do País, garantindo assim, a consolidação do processo democrático. Diante de tal abrangência, torna-se evidente a grande responsabilidade da Alta Gestão da Justiça Eleitoral, capitaneada pelas respectivas Presidências, em articular atividades, buscar e disponibilizar recursos para assegurar o alcance dos resultados eleitorais. Porém, como acompanhar, avaliar e registrar a eficiência das atividades que estão sendo realizadas, de forma cronológica e muitas vezes simultânea, nas diversas unidades e Cartórios Eleitorais dos Tribunais? Com esse intuito, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco desenvolveu, como parte de um Projeto Estratégico, um Sistema



57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

10

Tecnológico que possibilita o monitoramento on-line da situação das atividades-chaves de eleição, além de prover os seguintes benefícios:

- Definição clara do papel de Gestor e Executor das Unidades Administrativas e Cartórios Eleitorais, com foco em processos de trabalho;
- Estruturação lógica e sistêmica das atividades eleitorais;
- Diminuição de conflitos de atribuições e eventos em todas as unidades, mas principalmente nos Cartórios de ZE
- Acompanhamento contínuo da execução das atividades e suas pendências;
- Registro de lições aprendidas e necessidades de melhoria para os próximos pleitos.

Apresentou a lógica de construção do Planejamento Integrado de Eleições do TRE-PE e como o Sistema SIMPLES pode facilitar o gerenciamento, quanto ao planejamento e à execução das atividades eleitorais. Ao final, o Des. Marco ressaltou o valor da integração e o compartilhamento de soluções e a importância do desenvolvimento de sistemas para facilitar a realização dos trabalhos da JE. Ato contínuo, o Des. Mário Netto, do TRE-DF, despediu-se dos presentes e disponibilizou a estrutura de transportes daquele Regional para deslocamento dos presidentes em Brasília, na próxima semana.

Em seguida, o Des. Marco disse ter vídeo com a cópia da peça apresentada no evento, disponibilizando-o a todos os presidentes presentes, que declararam unanimemente o desejo de tê-lo. Ele assegurou que levará uma cópia para a Ministra Cármen, na próxima semana. O des. Gilberto Marques, do TRE-GO, sugeriu verificar a possibilidade de que o pessoal que faça a manutenção das UEs seja requisitado de órgãos como JF, Polícia Federal, etc, por curto espaço de tempo e sob a orientação do pessoal técnico do TRE. Então, o Des. Marco passou a palavra para o servidor **JADER BATISTA GONÇALVES**, Secretário de TI do TRE-TO, que disse não existir impedimento legal para a sugestão apresentada, só dependendo da cessão



57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

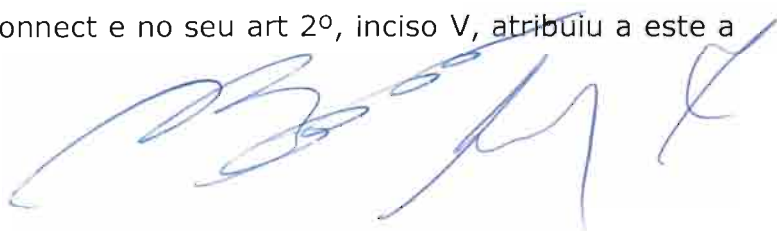
11

dos servidores pelos órgãos. Então iniciou a palestra sobre o "PACOTE DE MOBILIDADE", enfatizando que desde a sua criação, a Rede da Justiça Eleitoral tem se mantido fechada, disponibilizando apenas alguns serviços para acesso externo. Por outro lado, a popularização da internet, de dispositivos de acesso móvel e o aprimoramento das tecnologias de segurança, que permitem o acesso seguro através destas redes, tem propiciado cada vez mais a disponibilização de serviços e sistemas por parte de empresas privadas e órgãos públicos, para Teletrabalho (Instituições Financeiras, TRT 8ª, Comercio Eletrônico, TCU, etc). Neste contexto, o Pacote de Mobilidade do TRE-TO vem maximizar o acesso seguro às informações e serviços existentes na Rede da Justiça Eleitoral, para seus colaboradores. Os principais serviços a serem acessados através do pacote de mobilidade:

- Correio Eletrônico;
- Processo Administrativo Eletrônico em implantação em diversos Tribunais;
- Processo Judicial Eletrônico a ser implantado em toda Justiça Eleitoral;
- Acesso a Arquivos Corporativos;
- Acesso a sítios da Intranet da Justiça Eleitoral;
- Outros serviços/sistemas disponíveis na intranet dos Tribunais.

O foco do pacote de mobilidade é o acesso através de dispositivos móveis com conectividade 3G e Wifi, mas também através de notebooks conectados a redes locais cabeadas. A questão principal para uso destes meios de comunicação é a SEGURANÇA. Tecnologias, tais como, o uso de certificados digitais e embaralhamento dos dados (criptografia), foram utilizadas para criar um túnel virtual privado, conhecido como VPN - Rede Privada Virtual, entre o dispositivo de acesso e a rede da Justiça Eleitoral. Os dispositivos atualmente suportados são: tablets, smartphones e notebooks, com sistemas IOS, Androide e Windows (Iphone, Ipad, etc).

FASE ATUAL DO PROJETO: Resolução TSE Nº 20.882/2001, veda o acesso internet, exceto o existente no TSE. Portaria DG/TSE Nº 334, formalizando o Grupo JE Connect e no seu art 2º, inciso V, atribuiu a este a

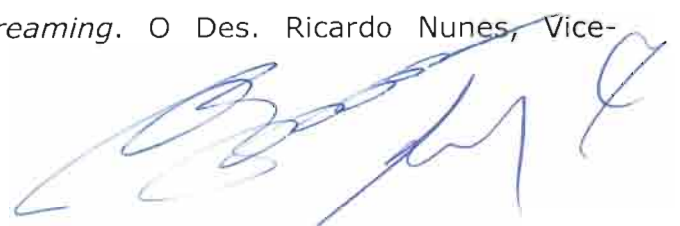


57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

12

elaboração de minuta de uma nova Resolução de Rede Corporativa da Justiça Eleitoral. Necessidade de agilidade na aprovação da minuta da resolução elaborada pelo grupo em reunião realizada no período de 18 a 22/06, em Palmas-TO. CONCLUSÃO: A Justiça Eleitoral ainda tem como evoluir muito na área de serviços virtuais, tanto para o eleitor como para seus colaboradores. O paradigma da segurança pode ser superado com a implantação de mecanismos disponíveis no mercado a custos acessíveis, os quais podem agregar valor a outros projetos, tais como a virtualização do atendimento ao eleitor e o acesso dos magistrados a este novo modelo de atendimento. O Des. Ricardo Nunes, Vice-Presidente do COPTREL, agradeceu a apresentação e parabenizou o desenvolvimento dessa tecnologia pelo grupo e o total apoio às demandas dela decorrentes. Comentou, ainda, sob as tecnologias de acesso a informação que foram desenvolvidas pelo TSE e que nem sempre se adequavam aos rincões da região Norte. Ele também disponibilizou aos Presidentes de TREs 3 cartilhas elaboradas pela SJ do TRE-PA a respeito do Registro de Candidaturas. E, em breve, disponibilizará na intranet do TRE-PA cartilhas sobre a Prestação de Contas Eleitorais.

No painel seguinte, o servidor **VESPASIANO JOSÉ RUBIM NUNES NETO**, Assessor-Chefe da Assessoria da Presidência do TRE-PA, apresentou o "PAINEL ELETRÔNICO PARA AS ELEIÇÕES 2012", detalhando os principais aspectos da iniciativa daquele Regional. Neste sentido, destacou que o Painel consiste na transmissão ao vivo de palestras e/ou entrevistas acerca de temas relevantes de direito eleitoral, em formato acessível, tendo como público alvo: juízes eleitorais, promotores eleitorais, advogados, servidores, e a sociedade em geral. Apontou, ainda, que o Painel foi implantado sem custos, utilizando-se da estrutura já existente no Tribunal. Ao final, foram exibidas imagens da montagem do Painel e apresentado vídeo demonstrativo do programa. Foi questionado pelo Dr. Flávio Freitas, membro do TRE-AM, sobre a plataforma utilizada: e a resposta foi de que é transmissão ao vivo via *life streaming*. O Des. Ricardo Nunes, Vice-



57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

13

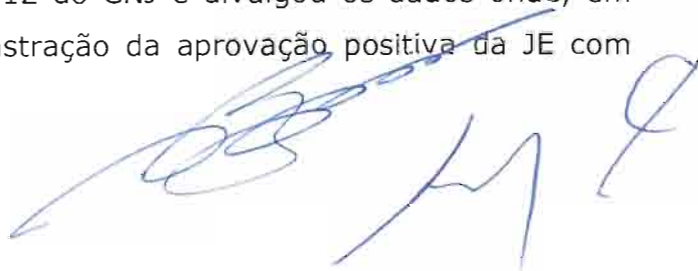
Presidente do COPTREL, agradeceu ao assessor e reiterou a importância da ferramenta para as dimensões do Estado do Pará e destacou que ela pode servir de parâmetro para os demais estados da região amazônica, estando, portanto, disponibilizado a quem tiver interesse por parte dos técnicos e servidores do TRE-PA.

No painel seguinte, o servidor **GUALTER GONÇALVES LOPES JUNIOR**, Secretário de TI do TRE-MA, falou sobre o “RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO: CONVOCAÇÃO DE ELEITORES – BOA PRÁTICA A SER REPLICADA”, discorrendo sobre a experiência realizada após as eleições de 2010, no estado do Maranhão, com o agendamento compulsório de eleitores para o recadastramento biométrico através de carta convocatória pessoal expedida pelo Juiz Eleitoral e entregue ao eleitor na seção eleitoral no dia do 1º turno da eleição. Os resultados mostraram uma efetividade do cumprimento do agendamento em torno de 80%. O Des. Ricardo Nunes, Vice-Presidente do COPTREL, agradeceu ao TRE-MA sobre a apresentação. O Dr. Manoel Dourado, membro do TRE-PI, propôs que essas boas práticas devam ser encaminhadas à CGE do TSE a fim de disseminá-las no Brasil para economia de recursos. A proposição foi acolhida unanimemente.

O Des. Ademar Bezerra, do TRE-CE, ponderou que os kits necessitam ser disponibilizados, por parte do TSE, com antecedência e em número suficiente à demanda dos TREs, pois o Ceará teve dificuldades pela falta de disponibilidade dos kits.

O Des. Ricardo Nunes, do TRE-PA, passou às mãos do Presidente uma lembrança de todos os presidentes dos TREs, que agradeceu efusivamente pela lembrança.

E no painel final da manhã, o servidor **ROGÉRIO BERNARDES DE FARIA TAVARES**, Assessor de Comunicação do TRE-MG, falou sobre a “PESQUISA SOBRE O CUMPRIMENTO DA META 12 DO CNJ”, informando que o TRE-MG já deu cumprimento à meta 12 do CNJ e divulgou os dados onde, em linhas gerais, houve uma demonstração da aprovação positiva da JE com índices superiores a 76%.



57º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais Palmas – Tocantins

14

O Des. Pedro Ranzi, do TRE-AC, também presenteou o presidente do COPTREL com cartilhas e informou que disponibilizou cartilhas que se encontram na intranet do Acre sobre as eleições 2012.

O presidente falou que se encontra em bom andamento as reuniões agendadas com líderes do Congresso com o presidente do Senado, José Sarney, com o Sen. Eduardo Braga e demais formadores de opinião dentro do Congresso Nacional para tratar dos assuntos relacionados aos reajustes dos subsídios da magistratura e o PCS dos servidores.

Não havendo mais temas a tratar, foi declarado encerrado o 57º Encontro do Colégio de Presidentes, conclamando os presentes a assinarem a CARTA DE PALMAS.

A presente ata foi elaborada por mim, Desembargador Eleitoral CARLOS DAMIÃO LESSA, representante nesta reunião do Des. RICARDO PAES BARRETO – Secretário do COPTREL, rubricando-a a fim de conferir-lhe autenticidade, e assinada pelos membros que integram o corpo diretivo do Colégio de Presidentes da Justiça Eleitoral.

Palmas-TO, 29 de junho de 2012.



Desembargador **MARCO VILLAS BOAS**

Presidente do TRE-TO e Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais



Desembargador **RICARDO FERREIRA NUNES**

Presidente do TRE-PA e Vice-Presidente do Colégio de Presidentes



Desembargador Eleitoral **CARLOS DAMIÃO LESSA**

Corregedor do TRE-PE e Representante do Des. RICARDO PAES BARRETO -
Secretário do Colégio de Presidentes